

**Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano
aplicado à imprensa do segundo governo Vargas**

Luis Carlos dos Passos Martins
PUCRS-CAPES

Resumo: Este artigo pretende avaliar o emprego do conceito de campo jornalístico, desenvolvido por Pierre Bourdieu, na análise da imprensa carioca da década de 1950 e sua posição frente ao segundo governo Vargas. Com base neste caso, pretendemos discutir os limites e possibilidades da referida categoria bourdiana como instrumento de interpretação da imprensa nacional, especialmente em sua relação com o campo político. Justificamos nosso tema recordando que este conceito vem sendo aplicado largamente no Brasil, embora tenha sido esboçado apenas parcialmente por seu autor original, dando margens a questionamentos e dúvidas. Ademais, o jornalismo da década de 1950 apresenta grande dinamismo, sendo palco de um processo de transição entre a imprensa doutrinária ou de opinião para uma mais informativa, o que permite caracterizá-lo como um interessante caso de estudo, diante dos objetivos aqui propostos.

Palavras-chave: campo jornalístico; Vargas; imprensa.

O objetivo do presente artigo é fazer um relato da minha experiência de pesquisa durante a dissertação de mestrado, quando tentei empregar algumas noções de Pierre BOURDIEU como alternativa teórica para superar problemas encontrados na realização da mesma. Desta forma, embora não se pretenda abrir mão da apresentação sistemática dos conceitos empregados, o texto não seguirá, como é comum neste tipo de trabalho, uma exposição fechada e acabada dos mesmos, como se o pesquisador sempre tivesse por resolvido todos os problemas que a teoria lhe permitiu superar. Ao contrário, nossa exposição irá privilegiar o diálogo, muitas vezes tortuoso e contraditório, entre o universo conceitual e a pesquisa empírica, dando ênfase às questões que inicialmente instigaram a delimitação do tema e os impasses que foram surgindo no decorrer do trabalho.

De outra parte, gostaria de salientar, nesta introdução, que meu objetivo aqui não é fazer uma “defesa” do autor e dos conceitos empregados em si mesmos, numa espécie de culto à teoria, que bloqueia a contestação ou até a adaptação de seus princípios à realidade, com receio de macular sua pureza intelectual. Longe disso, pretendo fazer uma reflexão acerca do uso instrumental dos conceitos, avaliando as respostas que os mesmos permitiram aos problemas surgidos no decorrer do

trabalho, sem, contudo, esquecer os impasses e limites que eles mesmo implicaram.

A construção do objeto

Abordei na minha dissertação de mestrado a forma como a grande imprensa do Rio de Janeiro, então capital da República, repercutiu o processo de criação da Petrobras no segundo Governo Vargas, ocorrido entre dezembro de 1951 e outubro de 1953. A escolha deste tema se deu por um conjunto de motivos.

Primeiro, pelo meu interesse em estudar a imprensa brasileira, especialmente na sua relação histórica com a política nacional. Privilegio o enfoque histórico porque a complexa relação entre a política e os meios de comunicação no Brasil não é um fenômeno recente. Quanto a isso, compartilho a tese de Lavina RIBEIRO¹, para quem a imprensa brasileira, mesmo com variações regionais e temporais, construiu a longo prazo uma inserção institucional específica na esfera pública brasileira, até se tornar um ator importante, quando não decisivo, do processo político nacional. Dessa asserção inicial deriva uma das razões que motivaram a escolha do segundo governo Vargas como período específico para a pesquisa. Com efeito, este foi um dos momentos chaves do processo de institucionalização mencionado acima, sendo que a bibliografia especializada apresenta a imprensa da década de 1950 como tendo forte atuação política, ao ponto de contribuir significativamente para o desfecho trágico e prematuro do governo de Getúlio.

Por fim, no que se refere à preferência sobre a questão da criação da Petrobras, ela se deu pela própria importância do tema - tendo em vista a relevância desta empresa no programa econômico do governo e toda a polêmica que se estabeleceu em torno do “problema do petróleo” desde meados da década de 1940. Mas também levou em conta o fato deste processo ter sido bastante contraditório, apresentando situações políticas que contrariam as visões tradicionais sobre o governo de Vargas, o seu programa econômico e mesmo a atuação da oposição representada pela UDN. Com efeito, por esta interpretação, o governo de Getúlio foi associado ao nacionalismo econômico e ao monopólio estatal do petróleo, à luta contra o imperialismo e contra a entrada do capital estrangeiro no Brasil². Enquanto que a UDN é vista como defensora do liberalismo econômico e, por isso, atrelada aos interesses do capitalismo internacional e ao setor agrário de

1 RIBEIRO, Lavina. *Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro : E-Papers, 2004

2 Sobre estas interpretações e sua crítica, consultar BOITO Jr., Armando. *O Golpe de Estado de 1954: A Burguesia Contra o Populismo*. São Paulo : Ática, 1982 e VIANNA, Sérgio B. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Institucionais, Rio de Janeiro : BNDES, 1987.

nossa economia, ambos interessados em manter o Brasil na condição de exportador de produtos primários e importador de manufaturas.

Contudo, o processo de criação da Petrobras não ressaltou estas características. Inicialmente o projeto do petróleo proposto por Vargas defendia a criação de uma empresa de economia mista, não estabelecendo o monopólio estatal do petróleo e ainda permitindo, mesmo que de forma limitada, a participação do capital estrangeiro na empresa. Tal programa gerou uma forte oposição dos setores “nacionalistas” e deu à UDN a oportunidade de, diante da “timidez” nacionalista de Vargas, abandonar os princípios liberais e propor uma emenda ao seu projeto criando uma nova empresa estatal que estabelecia um monopólio integral do setor petrolífero, estatizando, inclusive, as refinarias privadas já em funcionamento no país. Como consequência, para ter seu programa aprovado, o governo teve que modificá-lo, incluindo o monopólio parcial no mesmo – ou seja, mantendo as refinarias privadas em funcionamento ou já concedidas, bem como o setor de distribuição, fora do controle estatal, dando origem a uma outra empresa.

Tendo em vista a complexidade desta situação, o tema acabava se tornando um campo de teste bastante instigador para avaliar algumas hipóteses correntes sobre a relação entre imprensa e política no período em questão.

Para analisar esta relação e tendo em vista os limites estreitos de uma dissertação de mestrado, escolhi três periódicos que fossem qualitativamente representativo das principais posições político-doutrinárias da grande imprensa dos anos 50 no RJ: o jornal *Última Hora* (UH), que se dizia nacionalista e pró-Vargas, o jornal *Correio da Manhã* (CM), definido pela bibliografia como anti-varguista e liberal e o *Diário de Notícias* (DN), do RJ, considerado, ao menos no caso do petróleo, como também nacionalista como a UH, porém, bastante anti-varguista como o CM.

Mas o avanço da análise ainda apresentava desafios significativos. Conforme a bibliografia especializada, a imprensa da década de 1950 apresentam algumas peculiaridades. Apesar de alguns periódicos, como a *Última Hora* e a *Tribuna da Imprensa*, terem sido criados com o apoio financeiro de grupos políticos específicos, os grandes jornais do período já estava se constituindo ou em processo de constituição como empresas comerciais que viviam da venda e da publicidade oferecida em suas páginas. Apesar disso, eles não seguiam o modelo de jornalismo americano, no qual a imprensa comercial ganhou corpo e força baseada nos princípios formais de neutralidade política e objetividade da informação. Ao contrário, seguiam uma tradição francesa, de jornais de tribuna, pela qual a opinião tinha prioridade sobre o caráter informativo, tendo em vista que esta

imprensa se colocava como principal missão a “educação” do público leitor³.

Entretanto, no meu entender, a bibliografia especializada sobre esta imprensa não apresentava interpretações condizentes com a complexidade da mesma. Vejamos isso com detalhes.

Discussão conceitual

A visão mais difundida sobre a relação entre a imprensa deste período e a política foi oferecido pela obra, hoje clássica, de Nelson Werneck Sodré⁴ que, apesar de ter sido redigida na década de 1960, ainda tem grande aceitação entre os pesquisadores⁵. Segundo este autor, os grandes jornais brasileiros fizeram uma forte oposição ao governo Vargas porque este levou adiante medidas que favoreciam a independência econômica do Brasil e contrariavam os interesses do imperialismo internacional. Para o autor, o alinhamento dos nossos grandes jornais aos interesses do capitalismo internacional era uma decorrência de sua organização como empresas capitalistas, na medida em que dependiam da publicidade majoritariamente oferecida pelas corporações internacionais que vendiam produtos no Brasil, o que tornava os jornais porta-vozes do imperialismo. Essa situação de dependência estrutural determinava o conteúdo dos jornais brasileiros, fazendo com que bandeiras “antinacionais” defendidas por eles não decorressem de suas próprias opções ideológicas mas fossem impostas pelas agências de publicidade (1983:398).

Análises mais recentes sobre a questão, mesmo incluindo novos elementos na análise, ainda não fazem justiça, ao meu entender, às especificidades do objeto em questão. Cito, por exemplo, o trabalho de Ana Paula Goulart RIBEIRO⁶, que abordou o processo de transição da imprensa brasileira no período em questão de um jornalismo político para um jornalismo industrial. Para ela, essa passagem foi muito difícil: além do descaso dos mestres da profissão frente ao princípios do jornalismo norte-americano, considerados como um empobrecimento do texto e mesmo um rebaixamento da nobre tarefa de orientar a “opinião pública”, as condições econômicas que

3 Quanto a isso, consultar ALDE, Alessandra. Imprensa e política no segundo governo Getúlio Vargas. In: *Redes*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, set./dez. 1997.

4 SODRE, Nelson Werneck. *Historia da imprensa no Brasil*. São Paulo : Martins Fontes, 1983.

5 Como, por exemplo, RODRIGUES, Mônica S. *Pelas Lentes da Tupi: uma leitura do campo jornalístico no final da Era Vargas*. Rio de Janeiro:UFRJ/IFCS, 1999 (mimeo) e HAUSSEN, Dóris. *Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón*. 2 ed. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2001, que aborda o uso do rádio por Vargas e Perón.

6 Ver: RIBERIO, Ana P. G. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? In.: *Ciberlegenda*, n. 8, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/ana1.htm> > e RIBEIRO, Ana P.G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: *Estudos Históricos, Mídia*, n. 31, 2003.

permitiram a emergência do jornalismo empresarial nos EUA não estavam plenamente constituídas no Brasil dos anos 50, fazendo com que as mudanças fossem motivadas mais por razões políticas do que empresariais⁷.

Desta maneira, segundo a autora, isso gerou uma relação muito próxima e promíscua entre os jornais, o Estado e os grupos privados, levando a um desvirtuamento do processo de modernização da imprensa brasileira. Para ela, aliás, é apenas a adoção plena do modelo norte-americano que permite à atividade jornalística atingir especificidade e autonomia e, desta forma, impor seu próprio regime discursivo sobre seu fazer profissional. De tudo isso, a autora conclui que, dentro do quadro da década de 1950, o jornalismo brasileiro era uma atividade sem especificidade, praticamente indistinto da política e da literatura, com as quais se confundia⁸, não havendo diferença significativa entre, por exemplo, os grandes jornais brasileiros do período e os jornais políticos do Império, no que se refere à sua inserção na esfera pública.

Em suma, estas interpretações, apesar de apontarem para elementos interessantes e importantes do fenômeno estudado, ao meu ver, ainda são insuficientes para a compreensão do mesmo em toda sua especificidade.

Primeiro, porque compreendem os jornais estudados como simples instrumentos da defesa de interesses gerados fora de sua área de produção, ou seja, como portadores do discurso de poder de outras esferas de atuação social, oriundos dos grupos políticos e/ou econômicos que os financiam. Concepção que é criticada por Lavina RIBEIRO⁹ e, especialmente, por Alzira ABREU que condena a tendência de se considerar os jornais somente como instância subordinada aos interesses externos. Conforme esta última, os historiadores geralmente concebem a imprensa como uma instância “subordinada e reprodutora de um discurso ideológico dominante”, não lhe sendo atribuído “papel de construtora do próprio fato que divulga. Nessa concepção, baseada na teoria da dominação, perde-se de vista os casos em que a mídia tem a iniciativa do processo de definição e é provocadora de um acontecimento”¹⁰.

Segundo porque estas interpretações não permitem compreender a forma particular com que a imprensa da década de 1950 pretende justificar sua inserção no espaço público, na medida em que, na minha percepção inicial, esta forma não se confundia com a exercida pela imprensa partidária.

7 RIBEIRO, 2003, p. 09.

8 RIBEIRO, 2002, p. 285.

9 RIBEIRO, 2004, pp. 329-330.

10 ABREU, 1996, p. 08.

Em busca de uma alternativa a estas dificuldades, ou seja, no objetivo de tentar manter na análise os compromissos externos dos jornais mas incluir um mínimo de especificidade à atividade jornalística em questão, recorri à obra de BOURDIEU, em especial ao conceito de campo jornalístico, tendo em vista que um dos propósitos dessa categoria é exatamente preservar um mínimo de especificidade ao jornalismo como campo de produção simbólica.

Contudo, para empregar esta categoria, deparei-me com novas dificuldades importantes. Primeiro, o jornalismo não foi um dos objetos de pesquisa privilegiados por BOURDIEU. Em suas obras centrais sobre os espaços de produção culturais, os meios de comunicação são tratados de forma secundária, devido à condição subordinada que ocupariam frente às áreas mais nobres, como a arte erudita e a ciência. O uso da noção de campo jornalístico, por sua vez, aparece apenas nos textos mais tardios do autor [11](#) e não apresenta o mesmo grau de sistematização de outros conceitos, pois é empregada mais para a crítica contra a hegemonia da televisão comercial no campo cultural francês do que propriamente para a análise científica. Entretanto, conforme o próprio autor nos avisa, a noção de campo não pode ser considerada como “o” objeto de análise (equivoco da ontologia dos conceitos)¹² e sim como um instrumento conceitual para construirmos e interpretarmos nosso objeto de pesquisa, a partir de determinadas características essenciais ¹³.

Desta forma, o emprego da noção de campo jornalístico na análise de uma realidade particular como a imprensa brasileira da década de 50 exigiu uma seleção criteriosa dos elementos teóricos desenvolvidos pelo autor a fim de empregar aqueles mais pertinentes à construção do objeto de pesquisa. Além disso, requereu também a exploração de sua obra para além dos textos específicos dedicados ao campo jornalístico, na busca dos instrumentos mais apropriados à realidade estudada.

A segunda dificuldade derivou da própria definição que o autor apresenta ao conceito de campo jornalístico, cuja emergência histórica ele associa ao surgimento do jornalismo norte-

11 Ver quanto a isso, os textos reunidos em BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

12 Em relação a esta questão, consultar BOURDIEU, Pierre Introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: Perspectiva, 1989, p. 19-58.

13 Como afirma BOURDIEU, condenando o “fetichismo dos conceitos e da teoria” que tende a “considerar os instrumentos ‘teóricos’, *habitus*, campo, capital, etc., em si mesmo, em vez de os fazer funcionar, de os pôr em ação”: “A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceitual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona com um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas atividades” (op. cit. p. 27).

americano. Em suas próprias palavras [14](#):

(o) campo jornalístico constituiu-se como tal, no século XIX, em torno da oposição entre os jornais oferecendo acima de tudo as ‘novidades’, preferentemente ‘sensacionais’, ou melhor, ‘à sensação’ e os jornais propondo análises e comentários e procurando marcar sua distinção em relação aos primeiros afirmando os valores da ‘objetividade’ ¹⁵.

Desta maneira, muito embora BOURDIEU conceba uma divisão interna ao campo jornalístico entre uma imprensa “sensacionalista” e uma imprensa de prestígio, na qual a opinião política ainda tem um forte valor de mercado, ele argumenta que a constituição do campo em si implica a tendência à neutralização política dos jornais, no mínimo pela necessidade mercadológica de ampliar ao máximo o público consumidor. Em consequência, notamos que o próprio autor não refletiu o suficiente sobre a especificidade de uma imprensa como a francesa, a qual, assim como a brasileira do período estudado, apresentava uma combinação de posicionamento político ativo sem vínculo partidário claro com a tentativa de se sustentar pelo mercado ¹⁶.

A minha alternativa para este impasse foi tentar estender uma reflexão sobre o conceito de campo, procurando entender como uma imprensa doutrinária poderia construir sua especificidade na esfera pública do período, sem se valer da noção de neutralidade. Da mesma forma, ainda nos limites das categorias de BOURDIEU, pensar como ela estabelecia sua relação com a política, tendo em vista que sua inserção institucional na arena de debates levaria a sobreposição quando não a conflitos com os agentes do universo político.

Esta reflexão acabou dando origem a duas escolhas conceituais específicas que tive que introduzir na minha pesquisa, a fim tanto de construir melhor meu objeto quanto de interpretar os resultados obtidos de maneira mais precisa.

A primeira escolha se deveu à necessidade de empregar um conceito mais amplo que o de campo jornalístico para dar conta desse espaço de intersecção entre jornais e agentes políticos envolvidos em disputas semelhantes, embora com instrumentos distintos. Para isso, introduzi no trabalho a noção bourdiana de campo de produção ideológica (CPI) que o autor define como um

14 As traduções das citações originais em francês foram feitas pelo autor deste artigo.

15 BOURDIEU, Pierre. L'Emprise du journalisme. In.: *La Recherche en Sciences Sociales, Actes*, n. 101-102, p. 3-9, mar. De 1994, p. :04.

16 No caso francês, essa condição híbrida e sua especificidade própria foi abordada no trabalho de Ferenczi, Thomas. *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIXème siècle*. Paris : Plon, 1993. BOURDIEU abordou este tipo de imprensa em poucas oportunidades. A mais significativa pode ser encontrada em A referência mais importante está em BOURDIEU, Pierre. *La Distantion*. Paris : Minuit, 1979. p. 465-541.

universo relativamente autônomo, onde se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis a um momento dado do tempo e onde se define, simultaneamente, o campo do pensável politicamente ou, se se quiser, a problemática legítima¹⁷.

Esse conceito apresenta, no meu entender, vantagens em relação à categoria de esfera pública burguesa desenvolvida por HABERMAS¹⁸, que transita entre o local da pura racionalidade para o local da pura manipulação. Ao contrário, o CPI é um *espaço de conflito* no qual se disputa a visão mais legítima sobre os assuntos politicamente relevantes na arena de debates. Entretanto, este espaço de conflito não corresponde a uma esfera pública refeudalizada, transformada em instrumento publicitário do poder econômico dominante na sociedade.

Por outro lado, para BOURDIEU, o CPI não é um espaço monolítico ou mesmo homogêneo, pois dele podem participar um conjunto relativamente extenso de agentes, oriundos de diferentes campos ou subcampos, como a imprensa, os partidos políticos e outras instâncias representativas, cuja pretensão de se colocarem como porta-vozes de um grupo social ou de toda a coletividade tenha sido reconhecida (BOURDIEU, 1979, p. 465). Mas, a participação desses agentes e instituições no debate público está, contudo, longe de ser equivalente, pois o CPI é um *espaço de relações de força* entre aqueles que o compõem, estruturando-se mediante uma hierarquia entre as instituições e os seus integrantes. O valor de um especialista no debate público não depende, desta maneira, apenas de seus atributos pessoais, sendo diretamente proporcional aos recursos materiais e simbólicos que a instituição ou o campo ao qual pertence lhe permite dominar em determinado momento (1989, p. 55). Isso faz do CPI um *espaço de luta* constante, no qual seus integrantes têm um interesse objetivo em estabelecer historicamente sua competência específica para participar do debate público (como político, jornalista, sindicalista) e valorizar ao máximo a papel dessa competência na determinação da opinião pública legítima, independentemente da vontade ou consciência que tenham disso.

A segunda escolha veio da necessidade de adotar um novo “modelo de jornalismo”,

17 BOURDIEU, 1979, p. 465.

18 HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. N. 76, Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.

alternativo à oposição entre uma imprensa partidária e uma imprensa comercial, que desse conta da especificidade da imprensa da década de 1950 no espaço público que emergia no período no país. Este conceito foi o de imprensa doutrinária ou de tribuna, a qual, apesar de tomar de posição explícita em questões políticas, não se confunde com o jornalismo partidário, na medida em que este se insere no debate público mediante a condição de órgão de partido, enquanto que no jornal doutrinário ou de tribuna legitimaria esta inserção não por vínculos partidários mas através da sua identificação pública com bandeiras e campanhas políticas que procura associar ao bem da coletividade¹⁹.

Em conseqüência, mesmo que a atuação de um jornal de tribuna possa coincidir com a linha de ação de um partido com o qual se aproxima ideologicamente, nem sempre a lógica com a qual orienta suas ações converge com as ações dos agentes políticos: na luta política, o partido está sempre sujeito a ter que transigir com a causa doutrinária ou com as bandeiras que desfralda, em virtude das demandas e contingências do jogo pelo poder; na luta do campo jornalístico, o jornal de tribuna é objetivamente constrangido a procurar manter a coerência com as idéias e com as campanhas que publicamente diz defender, sob pena de depreciar o seu capital de credibilidade junto aos leitores.

Na realidade concreta, o jornal normalmente se encontrava submetido a demandas de ordens distintas, oriundas dos diferentes interesses e pressões que sobre ele se exercem (econômicas, políticas, doutrinárias). Essa situação é muito própria do contexto brasileiro da década de 1950, no qual, como vimos, conviviam, de forma contraditória, diferentes modelos do fazer jornalístico. Mas, de qualquer maneira, a distinção continua pertinente, porque, independentemente dos vínculos que prendiam um jornal fora de seu espaço de produção, ele estava obrigado a construir sua autoridade frente aos leitores e aos demais agentes sociais a partir das regras de inserção institucional do campo jornalístico e não de outro.

Ademais, o poder do jornal em interferir no debate público dependia da relação de confiança que estabeleceu com seu público, cuja construção e manutenção exigem certos compromissos, os quais não podem ser totalmente abandonados sob pena de degradá-la. Não devemos esquecer que a essência do jornal é o texto e a relação com o leitor é a base da sua força institucional e, diferente do

¹⁹ Para este conceito basei-me, essencialmente, em Lavina RIBEIRO (*op.cit*) e ALVES (a), Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande : Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001a e ALVES (a), Francisco das Neves. *O primado da notícia como estratégia discursiva: uma história do Diário do Rio Grande*. Rio Grande : Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001b.

agente político, cujo veredicto eleitoral ocorre em interregnos de quatro ou mais anos, o jornal tem que prestar contas à sua clientela diariamente. Por outro lado, em virtude dessas diferentes lógicas de funcionamento, na medida em que a atividade jornalística atinja um mínimo de especificidade e independência da política, a tendência é se gerarem termos zonas de atrito entre as duas instâncias no CDI.

Os elementos expostos acima constituem, grosso modo, um esboço das características e necessidades derivadas da inserção institucional de um jornalismo que se diz doutrinário ou de tribuna, com base nas categorias conceituais de BOURDIEU. Mas, como alerta o próprio autor, trata-se de um modelo de comportamento, ou seja, de uma construção limite para interpretação da realidade que oferece parâmetros de comparação, mas que não pode ser confundida com a realidade concreta, normalmente mais complexa e contraditória. Desta forma, usamos esse modelo como referência para compreendermos o posicionamento dos jornais estudados, levando em conta seus vínculos econômicos e políticos, mas não esquecendo a sua necessidade em manter um mínimo de coerência com a linha doutrinária defendida, diante de uma conjuntura política bastante contraditória.

Em resumo, essas adaptações conceituais permitiram saídas para os principais impasses que a abordagem do tema em questão ofereceu em toda a sua especificidade, em particular frente aos indicando, permitindo compreender, de forma mais adequada e precisa, a tomada de posição dos diferentes jornais estudados na questão da criação da Petrobras²⁰.

Bibliografia

ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALDE, Alessandra. Imprensa e política no segundo governo Getúlio Vargas. In: *Redes*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, set./dez. 1997.

ALVES (a), Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande : Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001a.

_____. *O primado da notícia como estratégia discursiva: uma história do Diário do Rio Grande*. Rio Grande : Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001b.

BOITO Jr., Armando. *O Golpe de Estado de 1954: A Burguesia Contra o Populismo*. São Paulo : Ática, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo : Perspectiva, 1987.

20 Os limites dessa comunicação impedem uma exposição específica sobre os resultados da pesquisa, os quais, contudo, podem ser encontrados em minha dissertação de mestrado: MARTINS, Luis Carlos dos P. O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas. Dissertação de Mestrado – PUCRS, 2006.

_____. *La Distantion*. Paris : Minuit, 1979.

_____. *L'Emprise du journalisme*. La Recherche en Sciences Sociales, *Actes*, n. 101-102, p. 3-9, mar. de 1994.

_____. *O Poder Simbólico*. Lisboa : Perspectiva, 1989.

_____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1997.

FERENCI, Thomas. *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIXème siècle*. Paris : Plon, 1993.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. N. 76, Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.

MARTINS, Luis Carlos dos P. *O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas*. Dissertação de Mestrado – PUCRS, 2006.

RIBEIRO, Ana P.G. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. In: *Estudos Históricos, Mídia*, n. 31, 2003.

_____. *Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950?* In.: *Ciberlegenda*, n. 8, 2002. Disponível em:

<http://www.uff.br/mestcii/ana1.htm>

RIBEIRO, Lavina . *Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro : E-Papers, 2004

RODRIGUES. Mônica S. *Pelas Lentes da Tupi: uma leitura do campo jornalístico no final da Era Vargas*. Rio de Janeiro:UFRJ/IFCS, 1999 – mimeo

SODRE, Nelson Werneck. *Historia da imprensa no Brasil*. São Paulo : Martins Fontes, 1983.

VIANNA, Sérgio B. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)*.

Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Institucionais, Rio de Janeiro : BNDES, 1987